



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE
CENTRO NACIONAL DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE MARINHA DO SUDESTE E SUL - CEP SUL**

**PLANO DE AÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO DOS
SISTEMAS LACUSTRES E LAGUNARES DO SUL DO BRASIL**

Restauração Ecológica com Agroflorestas em Áreas Indígenas
no Rio Grande do Sul

RS, MAIO 2018

OBJETIVO ESPECÍFICO: 3

AÇÃO: 3.26

RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO: Márcia Londero, Alexandre Krob, Joana Braun Bassi, Walter Steenbock

COMENTÁRIOS: Centro de Trabalho Indigenista – CTI

VERSÕES E DATAS: Versão final, 2018

A divulgação do produto do PAN foi autorizada pelos autores



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL
PESCA E COOPERATIVISMO



Restauração Ecológica com Agroflorestas em Áreas Indígenas no Rio Grande do Sul



Centro de Trabalho Indigenista – CTI

Maio de 2018

Introdução	3
Objetivo Geral	4
Objetivos específicos	4
Área de abrangência e comunidades envolvidas com o projeto	5
Metodologia	5
Articulação do Grupo Gestor Intercultural	6
Atividades a serem desenvolvidas	8
1 – Reuniões iniciais de mobilização e planejamento.....	8
2 – Elaboração de etnomapeamentos participativos	8
3 - Elaboração de planos de restauração ecológica com agroflorestas	9
4 - Implantação dos planos de restauração ecológica com agroflorestas	10
Monitoramento do projeto	12
Resultados Esperados	12
Relatórios e produtos atrelados	13
Cronograma de atividades.....	15
Orçamento Resumido.....	16
Orçamento físico-financeiro detalhado.....	17
Apresentação do Centro de Trabalho Indigenista - sobre o CTI	18
Experiências do CTI em projetos e atividades correlatas	44

Introdução

Através da iniciativa da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR e do Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPI, no ano de 2014 foram criadas seis aldeias da etnia Mbya Guarani e uma da etnia Kaingang em terras então pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul.

A maior parte destas áreas encontra-se bastante degradada, pois são antigos hortos florestais de monocultura de eucaliptos, ou áreas que sofreram forte processo de compactação do solo devido à atividade de pecuária extensiva. Ainda que a transição de determinados acampamentos onde viviam, para que os indígenas tenham o seu próprio espaço, seja uma conquista relevante e difícil, é preciso dar condições adequadas e sustentáveis para que estas pessoas possam viver de forma digna nestas novas áreas, transformando e adequando as mesmas, às suas necessidades culturais e ambientais.

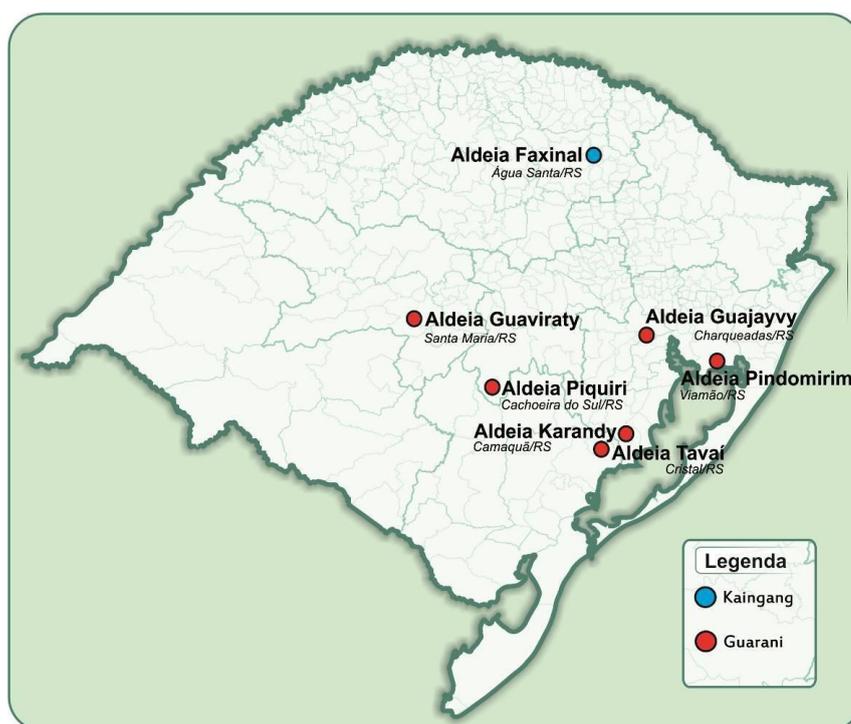


Figura 1: Novas áreas indígenas estaduais.

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI) tem como objetivo principal a garantia, promoção, proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, buscando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de recuperação física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando a sua autonomia sociocultural.

Destaca-se que tal política reconhece o papel fundamental dos grupos indígenas na conservação e uso sustentável da biodiversidade, bem como partem da premissa de que a continuidade de um povo depende não apenas do acesso ao seu território como direito fundamental, mas, também, da integridade ambiental das terras ocupadas, a qual constitui aspecto fundamental para a definição de saúde e bem estar de seus integrantes.

Nesse sentido, cabe destacar que nos últimos anos experiências têm demonstrado que a implantação de agroflorestas pelas comunidades indígenas, favorecendo associação dos conhecimentos etnoecológicos tradicionais e técnicas de manejo agroflorestal agroecológico ampliam as possibilidades de gestão ambiental e territorial da Terra Indígena. Em relação às agroflorestas, destacam-se: a introdução de técnicas de adubação verde, que propiciam a superação de dificuldades oriundas da indisponibilidade de terras para rotação de plantio, através da coivara tradicionalmente praticada por distintos povos indígenas; as práticas de sucessão temporal e estratificação espacial das espécies plantadas que, por meio da introdução de consórcios diversificados, promovem um uso adensado das roças, garantindo biodiversidade, uma melhor produtividade dos cultivares e a manutenção da qualidade do solo. Nas terras indígenas as agroflorestas ganham nova forma e são potencializados com o sofisticado conhecimento, sobretudo dos anciãos e anciãs, acerca do plantio e do ambiente ao seu redor.

Desta forma, por iniciativa da Divisão Indígena da **Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo** do Estado do Rio Grande do Sul, é apresentado o presente projeto, a ser executado pelo Centro de Trabalho Indigenista e acompanhado por um Conselho Gestor, tal qual segue:

Objetivo Geral

Apoiar ações para a restauração ecológica junto a três (3) áreas indígenas no Rio Grande do Sul a partir do fortalecimento dos conhecimentos etnoecológicos Guarani e Kaingang e do diálogo intercultural na perspectiva de agroflorestas

Objetivos específicos

- Elaboração de etnomapeamento participativo em cada área indígena envolvida com o projeto
- Elaboração de plano de restauração ecológica para cada área indígena envolvida no trabalho

- Implementação dos planos de restauração ecológica com agroflorestas elaborados por cada comunidade das três áreas indígenas envolvidas, considerando o orçamento disponível e as etapas cabíveis dentro do período de execução do projeto

Área de abrangência e comunidades envolvidas com o projeto

O projeto será realizado em três áreas indígenas localizadas no estado do Rio Grande do Sul, sendo duas comunidades Guarani Mbya e uma do povo Kaingang:

- **Karandy** – comunidade Mbya Guarani

Município de Camaquã – RS

Área total: 77 hectares

Área ocupada por eucaliptos: 70%

- **Guabijú** – comunidade Mbya Guarani

Localidade de Piquiri em Cachoeira do Sul – RS

Área total: 297 hectares

Área ocupada por eucaliptos: 90%

- **Faxinal** – comunidade Kaingang

Município de Água Santa – RS

Área total: 101 hectares

Área ocupada por eucaliptos: 80%

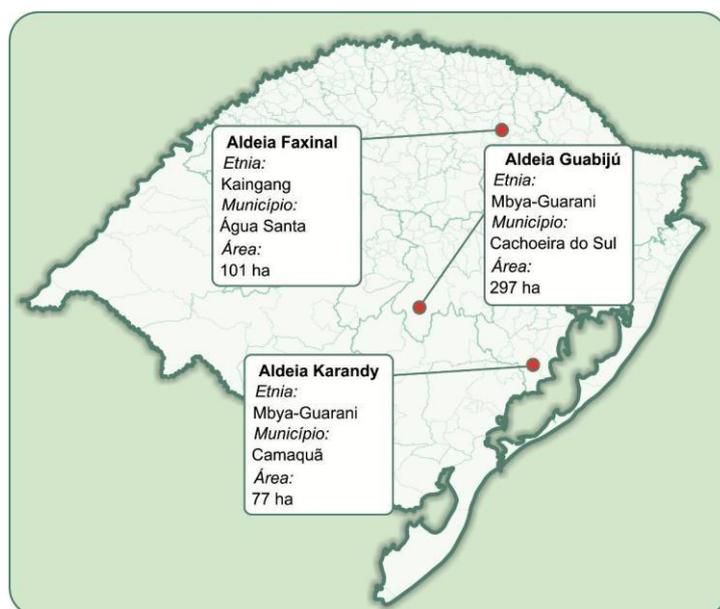


Figura 2: Descrição das áreas a serem atendidas.

Metodologia

A atuação do CTI tem como princípio fundamental o protagonismo indígena em todas as etapas de execução das atividades. Os indígenas neste sentido, mais do que beneficiários são co-executores do projeto e participarão de todas as etapas de planejamento e execução das atividades que seguirão elencadas na próxima sessão.

Neste sentido, a reunião inicial de planejamento e mobilização em cada uma das aldeias é fundamental para o alinhamento das expectativas e adequação do cronograma e das atividades do projeto dentro das necessidades e demandas das comunidades indígenas.

A indicação das espécies almeçadas, nativas e frutíferas para o incremento de pomares, para o enriquecimento de fragmentos de matas e para o reflorestamento das áreas; bem como de ferramentas e sementes agrícolas tradicionais e crioulas e para adubação verde se darão através da identificação conjunta dos técnicos do CTI com as comunidades, buscando contribuir para em curto prazo a melhoria na segurança alimentar das comunidades e médio e longo prazo, a sustentabilidade ambiental das mesmas, favorecendo o incremento com espécies do acervo cultural guarani, voltadas para a autonomia da comunidade de forma mais ampla, levando em consideração matéria prima necessária para lenha, construção de casas, telhados, casas de reza, materiais para artesanato de uso e de venda, espécies atrativas de fauna, medicinais e alimentares.

O assessoramento técnico do CTI para a composição e reestruturação de sistemas florestais e agroflorestais, levará em conta a abertura e receptividade de tais comunidades para as técnicas agroecológicas de recuperação de solo e implantação de canteiros agroflorestais associados às técnicas tradicionais guarani. Nesse sentido, ao longo dos anos, distintas experiências realizadas junto às comunidades guarani no sul e sudeste do Brasil, apontam para uma maior resistência na utilização de algumas técnicas pelos mais velhos, que aos poucos, percebem a eficácia de métodos e aos poucos se apropriam e passam a utilizá-los de forma autônoma no manejo das espécies.

Uma das formas priorizadas pelo CTI e que tem surtido grandes resultados é a possibilidade de realizar atividades de formação “indígena a indígena”, favorecendo o intercâmbio de conhecimentos entre distintas comunidades que já tem experiência com a recuperação de áreas degradadas, enriquecimento de matas e implantação de agroflorestas. A disposição de tais ações deverão ser analisadas e discutidas junto às comunidades beneficiárias e Conselho Gestor do projeto.

Articulação do Grupo Gestor Intercultural

A proposta de um conselho gestor para o projeto deriva, por um lado, de um reconhecimento do esforço de articulação interinstitucional da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, sobretudo em atuação no Conselho Estadual dos Povos Indígenas, que possibilita esta proposição junto à Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA. Por outro lado, um grupo gestor plural, com privilegiada participação das lideranças e comunidades indígenas, proporciona condições para que este trabalho se some aos aprendizados no diálogo intercultural. Seja para os técnicos e

técnicas de instituições ou outros representantes, no sentido de qualificar suas ações com mais espaço para escuta de diferentes pontos de vista, seja para as comunidades indígenas, na possibilidade de, por exemplo, visualizar o encaminhamento de demandas específicas a cada órgão competente, dispersos dentro de uma política fragmentada. A constituição do grupo gestor por si, já deve ser um importante resultado. Sobretudo, concebe-se como um espaço para troca de experiências e, no sentido de favorecer o aporte indígena, sugere-se a realização de três reuniões de mobilização - uma em cada aldeia - com caráter de abertura do projeto, e, posteriores visitas de campo.

Dessa forma sugere-se a participação do grupo gestor nas atividades do projeto de forma continuada e **ressalta-se que as despesas decorrentes do acompanhamento do grupo às atividades de campo ficam a cargo de cada umas das instituições** envolvidas no grupo.

As reuniões de mobilização são propostas para articulação e abertura de diálogo entre os parceiros e comunidades para a apresentação do projeto, a escolha e formação do Grupo Gestor Intercultural, a atribuição conjunta de responsabilidades, acordos e compromissos para melhor realização das ações previstas, estabelecimento de planejamentos e cronogramas das ações, incluindo as subseqüentes visitas de campo do grupo gestor.

Considerando, sobretudo, que se tratam de três aldeias recentemente constituídas, é natural que os diagnósticos - vide Atividade 2 - revelem demandas das comunidades que extrapolam a capacidade deste projeto. Isso reforça a importância de articulação do grupo gestor, através do qual diferentes políticas ou ações podem ser acionadas ou articuladas, somando-se aos trabalhos de restauração ecológica propostos neste plano de trabalho. Em sentido quase inverso, aparece também a questão da certificação das agroflorestas, por exemplo. Parte-se do princípio, aqui, de que as ações de restauração ecológica com agroflorestas desenvolvidas a partir deste plano de trabalho estejam mais direcionadas ao retorno da convivência com espécies nativas relevantes para os Guarani e Kaingang, seres espirituais importantes para equilíbrios cosmológicos, que a produtos comercializáveis. Da mesma maneira em relação às roças dos estágios iniciais das agroflorestas, mais voltadas à manutenção da biodiversidade na alimentação das crianças e compartilhamento das famílias que à venda. No entanto, levanta-se a oportunidade de certificação dos sistemas agrofloretais junto à SEMA, de acordo com as orientações da Divisão de Licenciamento Florestal do Departamento de Biodiversidade. Sugere-se, assim, que essa questão seja discutida com o grupo gestor intercultural já em fluidez, em visitas de campo, e que venha a complementar o projeto, caso seja interesse das comunidades.

Atividades a serem desenvolvidas

Apresenta-se abaixo as ações organizadas neste plano de trabalho em quatro conjuntos de atividade. Listam-se também os indicadores para realização das mesmas, cujos prazos, recursos necessários, responsáveis e parceiros encontram-se sistematizados em planilha anexa (ANEXO 1).

1 – Reuniões iniciais de mobilização e planejamento

As reuniões iniciais ocorrerão em cada um das comunidades envolvidas e terão por objetivo apresentação das equipes envolvidas, a apresentação do projeto, o planejamento das atividades e cronograma das mesmas. Considera-se imprescindível a participação do grupo gestor em tais reuniões.

1.1 Reunião na Aldeia Guarani Karandy (Camaquã)

1.2 Reunião na Aldeia Guarani Guabijú (Cachoeira do Sul)

1.3 Reunião na Aldeia Kaingang Faxinal (Água Santa)

Recursos necessários: Despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem; alimentação e gêneros diversos para realização de reuniões comunitárias.

2 – Elaboração de etnomapeamentos participativos

A segunda etapa a ser realizada nas três comunidades envolvidas com o projeto é de diagnóstico comunitário e etnomapeamento. Propõe-se a realização de oficinas participativas com trabalhos de campo em cada uma das aldeias para que, em conjunto com mulheres, jovens, anciões e anciãs da comunidade, seja feito um diagnóstico e mapeamento para o reconhecimento dos diferentes ambientes das aldeias, das atividades produtivas ali desenvolvidas e das perspectivas futuras dos indígenas para sua saúde e sustentabilidade.

Etnomapeamento é considerado uma ferramenta para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, definido na PNGATI como "o mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas".

Serão elaborados três (3) etnomapeamentos participativos contendo uma descrição sucinta da ocupação indígena com a projeção das áreas onde serão implantadas as agroflorestas, características socioambientais da área indígena e entorno além das formas de uso e ocupação da área. Tais informações a serem levantadas junto às comunidades serão sistematizadas pela equipe do CTI e impressos.

- 2.1 Realização de oficinas participativas na Aldeia Guarani Karandy (Camaquã);
- 2.2 Realização de oficinas participativas na Aldeia Guarani Guabiju (Cachoeira do Sul);
- 2.3 Realização de oficinas participativas na Aldeia Kaingang Faxinal (Água Santa);
- 2.4 Sistematização das informações coletadas;
- 2.5 Diagramação e impressão dos etnomapeamentos;
- 2.6 Entrega dos etnomapeamentos nas comunidades e aos parceiros;

Recursos necessários: Despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem; Alimentação e gêneros diversos para realização de reuniões comunitárias; Materiais diversos de papelaria para as oficinas; Serviços de impressão; Serviço de diagramação e georreferenciamento.

3 - Elaboração de planos de restauração ecológica com agroflorestas

Tendo realizado os diagnósticos comunitários e elaborado de forma participativa os etnomapeamentos, um aprofundamento dos estudos será feito através de oficinas de formação de agentes ambientais e agroflorestais indígenas, cuja finalidade será elaborar os planos de restauração ecológica para cada área.

Serão realizadas três oficinas, uma em cada uma das comunidades para o planejamento, identificação precisa das áreas a serem recuperadas, ferramentas necessárias, espécies e estratégias a serem adotadas para a recuperação ambiental das áreas almejadas pelas comunidades. Num processo coletivo de construção, serão elaborados planos de implantação para execução das práticas de restauração ambiental a serem desenvolvidas; bem como de gestão dos sistemas agroflorestais, consonantes às práticas culturais e de agricultura tradicional indígena.

Considera-se muito importante que se tenha claro o caráter de trocas de experiências para a oficina de formação de agentes ambientais e agroflorestais indígenas. Para tanto se prevê, por exemplo, uma viagem de intercâmbio e sugere-se a participação de referências Guarani e Kaingang nas oficinas. Que sejam mais espaços a favorecer relatos da memória

coletiva e as trocas de ideias entre as pessoas da própria comunidade que um curso ministrado por um técnico ou técnica, mas que, naturalmente, a equipe esteja preparada para aportar com conhecimentos já consagrados na prática agroflorestal.

Importante estar claro também que não se trata da criação de um trabalho remunerado. Trata-se de uma oficina que reconhece agentes ambientais e agroflorestais todos e todas as participantes da comunidade que se engajarem no trabalho de criação dos planos de restauração ecológica com agroflorestas. Sugere-se que a conclusão da oficina se dê com a apresentação dos planos por pessoas da comunidade, na sua língua.

Abre-se a possibilidade de realizar uma viagem de intercâmbio, com pelo menos dois representantes das aldeias envolvidas no projeto, a áreas de referência, de acordo com o interesse das comunidades.

3.1 Plano de Oficina de formação de agentes ambientais e agroflorestais indígenas

3.2 Viagem de intercâmbio com agentes ambientais e agroflorestais à área indígena de referência em restauração ecológica por meio de sistemas agroflorestais

3.3 Oficina de formação de agentes ambientais e agroflorestais indígenas em cada uma das três aldeias: Aldeia Guarani Karandy (Camaquã); Aldeia Guarani Guabiju (Cachoeira do Sul); e Aldeia Kaingang Faxinal (Água Santa).

3.4 Apresentação dos três (3) planos de implantação e gestão dos SAFs - livre apresentação ao final de cada oficina de formação realizada nas aldeias e posterior sistematização em documento técnico

Recursos necessários: Despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem; Alimentação e gêneros diversos para realização de oficinas participativas, reuniões comunitárias e encontro; Material de escritório para as oficinas; Serviço de análise de solo; Consultoria técnica.

4 - Implantação dos planos de restauração ecológica com agroflorestas

Com base no planejamento realizado pelas comunidades e o CTI e acordado no âmbito do Grupo Gestor Intercultural, serão providenciadas as mudas e demais insumos necessários para as ações de plantio e recuperação de solo. Através de mutirões comunitários, serão implementadas as agroflorestas e demais ações propostas nos planos de restauração ecológica.

Serão realizados os primeiros mutirões entre os meses de junho a agosto de 2019, que serão monitorados e avaliados, buscando a otimização das experiências bem sucedidas e alternativas às experiências não tão exitosas, possibilitando readequar as técnicas e experiências para os mutirões de plantio e manejo dos anos subsequentes.

O apoio aos roçados tradicionais se dará através do fornecimento de sementes agrícolas, ramas e ferramentas de acordo com o calendário agrícola tradicional dos povos beneficiários. Poderão ser propostas ainda viagens de intercâmbio para a aquisição de outras espécies tradicionais tais como variedades de batata-doce, amendoim, cana-de-açúcar, milho tradicional, entre outras. A possibilidade de realização de viagens de intercâmbio estará atrelada às reais demandas das comunidades, aprovação do conselho gestor e limites orçamentários.

4.1 Mutirões de implantação de agroflorestas em cada uma das três aldeias: Aldeia Guarani Karandy (Camaquã); Aldeia Guarani Guabiju (Cachoeira do Sul); e Aldeia Kaingang Faxinal (Água Santa).

4.2 Mutirões de manejo nas agroflorestas das três aldeias: Aldeia Guarani Karandy (Camaquã); Aldeia Guarani Guabiju (Cachoeira do Sul); e Aldeia Kaingang Faxinal (Água Santa).

4.3 Mutirões de manejo e plantio nas agroflorestas das três aldeias: Aldeia Guarani Karandy (Camaquã); Aldeia Guarani Guabiju (Cachoeira do Sul); e Aldeia Kaingang Faxinal (Água Santa).

Recursos necessários: Despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem; Alimentação e gêneros diversos para realização de mutirões; Mudas; Sementes; Ferramentas e equipamentos e insumos agrícolas.

Resultado de retorno imediato para as comunidades também pode ser considerado o aporte de **insumos agroflorestais**. Prevê-se a aquisição de um kit de equipamentos de uso coletivo para cada aldeia, composto por: motosserra, roçadeira, motoesmeril, incluindo os correspondentes Equipamentos de Proteção Individual - EPI. Variando em qualidade e quantidade de acordo com cada contexto específico, também prevê-se a aquisição de um kit de ferramentas por família, que, pela experiência do CTI em ações anteriores desta natureza, deve conter, pelo menos: facão, lima-chata, enxada, foice, enxadão, carrinho de mão e cavadeira-articulada.

Os aportes para a correção de acidez e fertilidade do solo também vão depender do contexto de cada aldeia, em cada ano, mas estima-se as seguintes quantidades, por unidade de área: Adubo orgânico = 1125 Kg/ha; Calcário dolomítico = 1500 Kg/ha; Fosfato natural: 250

Kg/ha; Sementes de ervilhaca = 40 Kg/ha; Sementes de aveia-preta = 40 Kg/ha, dentre outras medidas alternativas.

Monitoramento do projeto

Durante toda a sua execução haverá o acompanhamento de um conselho gestor composto por lideranças indígenas, técnicos e técnicas de diferentes instituições, dentre as quais a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR, a Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas - CEPI, o Centro de Trabalho Indigenista - CTI e outras representações consideradas relevantes. Considerando a experiência destas instituições junto às comunidades indígenas, se buscará potencializar as ações aqui previstas mediante a sua sintonia com demais projetos desenvolvidos pelas mesmas, tendo como propósito a melhoria das condições socioambientais das áreas e comunidades indígenas em questão.

Durante o período de vigência do projeto, o Grupo Gestor Intercultural definirá a periodicidade de reuniões de avaliação e planejamento, em visitas de campo. Ainda, o CTI encaminhará relatórios parciais e final para avaliação do conselho gestor, conforme cronograma.

Resultados Esperados

A realização do projeto em todas as suas etapas prevê que cada uma das comunidades indígenas envolvidas apresente incrementos na gestão territorial e ambiental das suas áreas, a partir do estabelecimento de pelo menos três formas de manejo agroflorestal, quais sejam:

- **Agroflorestas de restauração ecológica com alta biodiversidade** em pelo menos um espaço coletivo de pelo menos um (1) hectare em cada área indígena, com plantio de 2.500 mudas/ha (espaçamento 2m x 2m), mais reposição ou enriquecimento nos anos subsequentes.

Total: 3ha e 9000 mudas (7500 mudas mais 20% - 1500 mudas - de enriquecimento)

- **Quintais agroflorestais**, com plantio de pelo menos 100 mudas em 0,04ha (área de 20m x 20m com espaçamento de 2m x 2m de plantio) cultivados ao redor de todas as casas da comunidade, com as seguintes estimativas:

Karandy: 5 quintais. Total: 0,2ha e 500 mudas

Guabiju: 11 quintais. Total: 0,44ha e 1100 mudas

Faxinal: 16 quintais. Total: 0,64ha e 1600 mudas

Total: 1,28ha e 3200 mudas

- **Roças de conservação de agrobiodiversidade**, privilegiando as variedades tradicionais de cada povo e os espaços das anciãs e anciões. Estima-se as condições mínimas ideais para áreas de roça que dependem, dentre outros fatores, da retirada de eucaliptos de parte das áreas, o que extrapola o escopo deste projeto. Repetindo, em condições ideais, as estimativas seriam de, pelo menos:

Karandy: 5ha de roças

Guabiju: 11ha de roças

Faxinal: 16ha de roças

Total: 32ha de roças

Projeta-se, portanto, o plantio de um **total de 12.200 mudas** e o manejo agroflorestal e agroecológico, em condições ideais, de uma área total de 36,28ha.

Além destes resultados práticos diretos, os produtos de etnomapeamento que subsidiarão as intervenções realizadas a campo estarão disponíveis de forma impressa, auxiliando no planejamento de ações futuras nas três áreas indígenas, bem como permitindo às lideranças e famílias divulgarem o trabalho das suas comunidades.

Relatórios e produtos atrelados

Ao longo do período de execução do projeto serão entregues ao grupo gestor intercultural quatro relatórios parciais e um relatório final conforme discriminação abaixo:

- 15/12/2018 - 1º Relatório Parcial – Relatório narrativo descrevendo as reuniões e atividades realizadas no período incluindo as reuniões de mobilização e planejamento realizadas nas três comunidades, a primeira versão dos etnomapeamentos com informações georreferenciadas de uso, ocupação das aldeias, bem como os acordos e combinados no planejamento das ações em cada uma das aldeias. O relatório também irá conter fotos, listas de presença, cronograma das ações acordadas e prestação de contas financeira do projeto.

- 30/04/2019 - 2º Relatório Parcial – Relatório narrativo descrevendo as atividades realizadas no período e dos planos de restauração ecológica com agroflorestas de cada umas das aldeias

beneficiárias e versão final dos etnomapeamentos. O relatório também irá conter fotos, listas de presença e prestação de contas financeira do projeto.

- 15/12/2019 – 3º Relatório Parcial – Relatório narrativo descrevendo as atividades realizadas no período incluindo as ações de plantio e reuniões realizadas em cada uma das aldeias beneficiárias. O relatório irá conter fotos, listas de presença e prestação de contas financeira do projeto.

- 15/12/2020 - 4º Relatório Parcial – Relatório narrativo descrevendo as atividades realizadas no período incluindo as ações de manejo das agroflorestas e reuniões realizadas em cada uma das aldeias beneficiárias. O relatório irá conter fotos, listas de presença e prestação de contas financeira do projeto.

- 15/12/2021 - Relatório Final – Relatório narrativo descrevendo as atividades realizadas no período completo de execução em cada uma das aldeias beneficiárias. O relatório irá conter fotos, listas de presença e prestação de contas financeira do projeto.

Orçamento resumido			
Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Mudas	12.200	6	73.200,00
Sementes e ramas	diversos	diversos	7.800,00
Insumos agroflorestais (ferramentas, equipamentos, adubo orgânico, calcário dolomítico, fosfato natural, sementes de adubação verde)	diversos	diversos	59.700,00
Despesas de deslocamento (passagens, locação de veículo, combustível, fretes)	diversos	diversos	32.000,00
Diárias (hospedagem e alimentação durante deslocamentos)	82 diárias	150	12.300,00
Alimentação e gêneros diversos para a realização de reuniões, encontros e mutirões	3 aldeias	13.000,00	39.000,00
Serviço de terceiros (consultores técnicos, georefereciamento, diagramação/impressão; análise de solo; horas/máquina; etc..)	3 aldeias	6.000,00	18.000,00
Horas-técnica Equipe	1.560	82,40**	128.545,00
Taxa Adm. (10%)	-	-	41.171,66
TOTAL			411.716,66

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DETALHADO						
Descrição das ações	Rubricas	2018	2019	2020	2021	Total por atividade
		Mês 6 a 12	Mês 1 a 12	Mês 1 a 12	Mês 1 a 12	
		1º semestre	2º e 3º semestre	4º e 5º semestre	06º e 7º semestre	
Reuniões de articulação do grupo gestor intercultural e mobilização das comunidades	Passagem aérea - equipe CTI 1 pessoa	800,00				800,00
	Passagens terrestres - equipe CTI - 2 pessoas	720,00				720,00
	Locação de veículo (15 dias x R\$ 98,00)	1.470,00				1.470,00
	Combustível e pedágio	510,00				510,00
	Diárias (hospedagem e alimentação durante deslocamentos) - 3 pessoas x 3 dias de deslocamento x R\$ 150	1.350,00				1.350,00
	Alimentação e gêneros diversos para a realização de reuniões, encontros e mutirões (aproximadamente R\$ 1.000,00 por aldeia)	3.000,00				3.000,00
	Horas-técnica Equipe	5.980,00				5.980,00
Oficinas de etnomapeamento participativo	Passagem aérea - equipe CTI - 1 pessoa	800,00				800,00
	Passagens terrestres - equipe CTI - 2 pessoas	720,00				720,00
	Locação de veículo (18 dias x R\$ 98,00)	1.764,00				1.764,00
	Combustível e pedágio	517,00				517,00
	Diárias (hospedagem e alimentação durante deslocamentos) - 3 pessoas x 4 dias de deslocamento x R\$ 150,00	1.800,00				1.800,00
	Alimentação e gêneros diversos para a realização de reuniões, encontros e mutirões (aproximadamente R\$ 2.580 por aldeia)	7.700,00				7.700,00
	Horas-técnica Equipe	8.970,00				8.970,00
	Serviço de terceiros (consultores técnicos, georeferenciamento, diagramação/impressão; análise de solo; horas/máquina; etc..)	4.000,00				4.000,00
Sistematização dos dados e elaboração dos etnomapeamentos	Serviço de terceiros (consultores técnicos, georeferenciamento, diagramação/impressão; análise de solo; horas/máquina; etc..)	6.000,00				6.000,00
	Horas-técnica Equipe	5.980,00				5.980,00
Viagem de intercâmbio e oficinas de formação de agentes ambientais e agroflorestais indígenas	Despesas de deslocamento (passagens, locação de veículo, combustível) - 2 indígenas de cada aldeia beneficiária + 2 técnicos do CTI = 8 pessoas x R\$ 850,00		6.400,00			6.400,00
	Diárias (hospedagem e alimentação durante deslocamentos) 8 pessoas x 2 dias de deslocamento x R\$ 150,00		2.400,00			2.400,00
	Alimentação e gêneros diversos para a realização de reuniões, encontros e mutirões nas aldeias visitadas		2.500,00			2.500,00
	Horas-técnica Equipe		5.980,00			5.980,00
Levantamentos e elaboração dos planos de implantação de ações de restauração e fortalecimento agro-ecológico	Passagens aéreas ou terrestres para consultores		1.000,00			1.000,00
	Passagens terrestres - equipe CTI - 2 pessoas		720,00			720,00
	Locação de veículo (15 dias x R\$ 98,00)		1.470,00			1.470,00
	Combustível e pedágio		510,00			510,00
	Diárias (hospedagem e alimentação durante deslocamentos) 2 pessoas x 3 dias de deslocamento		900,00			900,00
	Alimentação e gêneros diversos para a realização de reuniões, encontros e mutirões (R\$ 1.000 por aldeia)		3.000,00			3.000,00
	Serviço de terceiros (consultores técnicos, georeferenciamento, diagramação / impressão; análise de solo; horas / máquina; etc..)		2.000,00			2.000,00
	Horas-técnica Equipe		5.980,00			5.980,00
Aquisição de mudas e insumos agrícolas	Mudas - Agroflorestas de restauração ecológica com alta biodiversidade		45.000,00	4.500,00	4.500,00	54.000,00
	Mudas - Quintais agroflorestais		4.800,00	9.600,00	4.800,00	19.200,00
	Sementes e ramos (aproximadamente R\$ 860 por aldeia por ano)		2.600,01	2.600,01	2.599,98	7.800,00
	Adubos orgânicos e minerais - calcário dolomítico, fosfato natural e etc... (aproximadamente R\$ 3800 por aldeia por ano)		6.000,00	3.400,00	2.000,00	11.400,00
	Ferramentas kit família - (facão, lima, enxada, foice, cavadeira-articulada, enxada, carrinho de mão - valor aproximado do Kit - R\$ 360,00 x 32 famílias		11.520,00	11.520,00	11.520,00	34.560,00
	Ferramentas kit aldeia (motoserra, roçadeira, motoesmeril) Valor aproximado do kit - R\$ 4.580,00 x 3 aldeias		13.740,00			13.740,00
	Frete para entrega de mudas e ferramentas		1.360,00	860,00	600,00	2.820,00
	Passagens terrestres - equipe CTI - 1 pessoa		250,00	250,00	250,00	750,00
	Locação de veículo (4 dias x R\$ 98,00)		392,00	392,00	392,00	1.176,00
	Combustível e pedágio		400,00	400,00	400,00	1.200,00
	Diárias (hospedagem e alimentação durante deslocamentos) - 5 diárias de deslocamento - 1 pessoa equipe		750,00	750,00	750,00	2.250,00
	Horas-técnica Equipe		2.990,00	11.960,00	11.960,00	26.910,00
	Mutirões de implantação e manejo das agroflorestas	Alimentação e gêneros diversos para a realização de reuniões, encontros e mutirões (aproximadamente R\$ 2.530 por aldeia)		7.600,00	7.600,00	7.600,00
Passagens terrestres/aéreas - equipe CTI - 2 a 3 pessoas			900,00	900,00	913,00	2.713,00
Locação de veículo (aprox. 17 dias x R\$ 98,00)			1.568,00	1.470,00	1.470,00	4.508,00
Combustível e pedágio			480,00	480,00	472,00	1.432,00
Diárias (hospedagem e alimentação durante deslocamentos) 2 pessoa x 5 dias de deslocamento x R\$ 150,00			1.200,00	1.200,00	1.200,00	3.600,00
Serviço de terceiros (consultores técnicos, georeferenciamento, diagramação / impressão; análise de solo; horas / máquina; etc..)			3.000,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
Horas-técnica Equipe			11.960,00	14.950,00	11.960,00	38.870,00
Monitoramento e gestão	Relatórios Parciais		8.970,00	8.970,00		17.940,00
	Relatório Final				11.935,00	11.935,00
	Taxa administrativa	6.871,66	11.760,00	11.760,00	10.780,00	41.171,66
Valores totais por período		1º semestre	2º ano	3º ano	4º ano	Valor Total
		58.952,66	170.100,01	95.062,01	87.601,98	411.716,66

Apresentação do Centro de Trabalho Indigenista - sobre o CTI

Quem somos

O Centro de Trabalho Indigenista - CTI é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, fundada em março de 1979, constituída por antropólogos e indigenistas qualificados com experiência sobre a realidade dos povos indígenas no Brasil.

O CTI atua diretamente em terras indígenas, por meio de projetos elaborados em conjunto com as comunidades e de assessorias técnicas, visando alternativas de futuro, o controle territorial e ambiental por parte das comunidades indígenas e a garantia dos seus direitos constitucionais.

O objetivo do CTI é contribuir para que os povos indígenas com os quais trabalha conquistem ou mantenham a maior autonomia econômica e política possível, a partir de seus próprios parâmetros sócio-culturais.

O CTI atua em Terras Indígenas inseridas nos Biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica e tem como finalidade desenvolver trabalhos de ação indigenista, visando à autodeterminação e o bem estar das populações indígenas que se encontram em território nacional.



Linhas de Ação

Procurando atender demandas específicas, articulamos diferentes linhas de ação definidas segundo o contexto ambiental, político e social da sociedade indígena.

Gestão Ambiental e Controle Territorial

Gestão Ambiental – Consiste no apoio às formas de manejo sustentável e no implemento de ações de recuperação e/ou conservação ambiental considerando a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas do Estado brasileiro.

Monitoramento da regularização fundiária – Envolve atividades de apoio ao Estado para a identificação e a delimitação das Terras Indígenas e o acompanhamento da regularização fundiária. Apoia as manifestações indígenas pelo reconhecimento de seus territórios e de suas formas próprias de organização e investe na formação dos índios sobre direitos constitucionais, políticas públicas, legislações indigenista e ambiental.



Alternativas econômicas sustentáveis

Promove alternativas de desenvolvimento adequadas às necessidades internas das comunidades e à realidade local, incentivando o controle e o uso exclusivo dos recursos naturais das Terras Indígenas. Investe no repasse de tecnologias simples e não-predatórias para coleta, processamento e comercialização de produtos selecionados em acordo com critérios ambientais, sociais e econômicos.

Afirmação Étnica e Referência Cultural

Educação Escolar – Contribui para a manutenção das práticas socioculturais das sociedades indígenas habilitando-as a elaborarem seus próprios modelos de futuro. Realiza projetos voltados à implantação de escolas, à formação de professores indígenas e à produção de materiais didáticos que atendem às realidades indígenas. Busca ampliar as discussões e avaliações sobre as políticas públicas de educação escolar e indígena vigente.

Ações e Projetos Culturais – Estimula uma série de ações dirigidas à afirmação cultural dos povos indígenas. Promove intercâmbios variados que dinamizam a circulação de informações, notícias, conhecimentos e técnicas e investe na realização de rituais e encontros. Realiza projetos para habilitar pessoas indígenas no registro audiovisual, na documentação e na difusão de suas expressões estéticas, de suas histórias e cosmologias, de modo a garantir às futuras gerações indígenas o uso e a valorização seu patrimônio cultural e intelectual.



Premissas de Atuação

- Compromisso de longo prazo com os povos indígenas com que trabalhamos;
- Conhecimento sobre a realidade social e política dos povos indígenas com os quais atuamos
- Valorização e fortalecimento dos padrões sociais e culturais próprios dos povos indígenas;
- Atuação conjunta com os índios na identificação das demandas e na implementação dos projetos;
- Independência em relação ao Estado e Igrejas.



Histórico

O CTI foi criado por jovens antropólogos no início de 1979, período que marca a transição do regime militar (1964-1986) para a democracia no Brasil. Setores da sociedade civil que atuavam junto aos movimentos sociais passaram a se organizar institucionalmente buscando intervir na política governamental vigente.



Reconhecendo Direitos

Nos anos 1980, antes da promulgação da Constituição de 1988 comunidades dos povos Gavião, Guaraní e Maués, com acompanhamento do CTI e de juristas, conseguiram liminares e sentenças inéditas que geraram jurisprudência em outras ações possessórias envolvendo os direitos territoriais indígenas no Brasil pré-constituente. Já nesse período o CTI apoiou os índios a entrarem em juízo em nome de suas próprias comunidades, posteriormente reconhecidas como pessoa jurídica no artigo 232 da Constituição.

Protegendo os Povos Indígenas Isolados

Desde a década de 1980 o CTI acompanhou ações que visaram a proteção de grupos indígenas isolados diante de tentativas de genocídio encampadas pelas frentes de colonização que avançavam sobre seus territórios. Nesse período, antropólogos do CTI realizaram o acompanhamento da situação dos povos indígenas isolados atingidos pela estrada BR 364 (no trecho Cuiabá — Porto Velho) e participaram de expedições de localização de grupo Ava Canoeiro, em Goiás, na região da Serra da Mesa. O CTI também financiou expedições extra-oficiais para verificar a situação dos isolados na Gleba Corumbiara, em Rondônia.

A partir da década de 1990 o CTI inicia algumas parcerias com a FUNAI para o monitoramento da situação dos isolados, que culminaram em processos de regularização fundiária (Zoé, década de 1990 e Kawahiva do Rio Pardo, década de 2000) e em convênios visando o fortalecimento das frentes de proteção etnoambiental de proteção aos povos indígenas em situação de isolamento (Furnas, Comunidade Européia, Fundação Moore, USAID e atualmente o Fundo Amazônia). Entre os anos de 2004 e 2015 o CTI desenvolveu ações focadas especificamente na constituição de uma rede interinstitucional para a defesa dos direitos dos povos indígenas isolados na fronteira Brasil-Peru, articulando organizações indígenas, indigenistas e órgãos do governo envolvidos com a questão.



Reconhecendo Saberes

Entre os Timbira o CTI atua, há 30 anos, na proteção da identidade e cultura, promovendo rituais e intercâmbios culturais, formando o Acervo Cultural Timbira (ACT) e o Centro de Ensino e Pesquisa Pënxyj Hempejxà, em Carolina (Maranhão). O ACT integra o Programa Cultura Viva Timbira. O trabalho com os Timbira inclui também a implementação de escolas nas aldeias, formação de professores indígenas, produção de material didático específico.

Nos últimos anos, o CTI e a Comissão Guarani Yvyrupa tem apoiado intercâmbios de cultivos e conhecimentos tradicionais, práticas rituais e de artesanato em comunidades no sul e sudeste do Brasil.

Entre os povos indígenas do Vale do Javari, o CTI tem incentivado a valorização e transmissão de saberes tradicionais tanto no apoio a construção de malocas, enquanto espaços fundamentais na transmissão deste patrimônio cultural, como na incorporação na educação escolar da TI Vale do Javari, com a produção de material didático específico, da diversidade cultural dos povos Kanamari, Kulina, Marubo, Matis e Matsés/Mayuruna.



Propondo Alternativas Sustentáveis

Visando maior autonomia aos povos Timbira e a proteção do Cerrado foi criado, em 1995, o projeto Frutos do Cerrado que promove manejo agroecológico, recuperação de áreas degradadas, assessoria aos Timbira na gestão de seus territórios. As 18 aldeias que participam deste projeto pertencem à Associação Wyty Catë. As vertentes deste projeto são: proteção das Tis Timbira e do Cerrado e implementação da fábrica de polpas FrutaSã. A fábrica comercializa frutos em forma de polpas que são coletadas pelos índios e por pequenos produtores regionais, propondo alternativas econômicas sustentáveis para as Tis e para a população do entorno.

Entre os Guarani a tônica tem sido a revitalização do sistema agrícola e do manejo florestal tradicional, estimulando o intercâmbio e plantio de espécies nativas da Mata Atlântica e a recuperação ecológica de suas terras.

Programas

O CTI organiza suas ações, através de Programas, por meio dos quais se articulam uma série de projetos unidos por linhas de atuação e metas comuns:

Programa Guarani

O Programa Guarani, existente desde a fundação do CTI, tem como seu principal eixo de atuação à luta pela regularização fundiária das Terras Indígenas Guarani, através da assessoria direta aos índios para o fortalecimento de suas formas de organização e mobilização e da atuação direta e indireta nos processos de regularização fundiária, fornecendo subsídios técnicos aos órgãos competentes. O foco da luta pela terra também se realiza através do fortalecimento das práticas tradicionais e de subsistência das comunidades guarani, além da proteção e recuperação ambiental de suas áreas.



Ações Prioritárias

Sustentabilidade das comunidades e conservação ambiental nas Terras Guarani

Dá suporte ao uso de técnicas tradicionais de cultivo e manejo, de modo a melhorar a produção de alimentos e a conservação ambiental nas Terras Guarani, considerando o zoneamento e a gestão indígena. O apoio prioriza as aldeias que se encontram em processos de regularização ou em situação de vulnerabilidade, de modo a estimular a permanência das famílias apoiando a realização de atividades tradicionais e cuidados com a terra.

Consiste em:

- recuperação de áreas degradadas na terra indígena, devido ocupações de terceiros, com plantas regenerativas, espécies nativas da região de uso cotidiano (alimentar, medicinal e ritual) e frutíferas nativas e exóticas;
- elaboração de Planos de Gestão Ambiental (PGTA) e etno mapeamentos em consonância com a Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI).
- apoio e acompanhamento das atividades de agricultura, com monitoramento das condições do solo, incentivo à agrossilvicultura e à conservação das variedades tradicionais, de acordo com os ciclos agrícolas do calendário guarani;
- fomento de intercâmbios de sementes, cultivos tradicionais e espécies nativas de uso alimentar, medicinal e ritual, entre aldeias de diversas regiões do território guarani, por meio de suas redes de parentesco e circuitos sociais;





Reconhecimento de direitos territoriais e humanos

Contribui para a regularização das Terras Guarani e o cumprimento dos direitos constitucionais, combatendo a discriminação e o preconceito e apoiando as manifestações indígenas pelo reconhecimento de seus territórios e de suas próprias formas de organização.

Consiste em:

- participação e acompanhamento da equipe no debate e na consolidação de políticas públicas relacionadas aos direitos indígenas;
- levantamento e divulgação de violações de direitos humanos em comunidades guarani em situação de vulnerabilidade;
- assessoria jurídica e acompanhamento de disputas judiciais fundiárias em Terras Guarani;
- formação de lideranças guarani em temas relacionados a direitos constitucionais, políticas públicas e legislações indigenista e ambiental;
- apoio à autonomia, ao fortalecimento institucional e às articulações das organizações regionais e nacional do povo Guarani
- Colaboração nos procedimentos para regularização de Terras Guarani e subsídios técnicos às instituições competentes.

O reconhecimento de direitos territoriais e humanos está articulada com as demais ações do Programa.



Afirmação étnica e cultural

Promove a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do povo guarani, por meio do incentivo à transmissão de saberes, apropriação de novas formas de aprendizado e difusão de conhecimentos, de sua história e memória entre o povo guarani e a sociedade em geral.

Consiste em:

- apoio à edificação ou reforma de casas de rituais (Opy) e à participação de lideranças espirituais em aldeias de diversas regiões, para realização de rituais e cerimônias guarani;
- incentivo a realização de encontros e reuniões nas aldeias, para difusão de conhecimentos e práticas tradicionais de artesanato, culinária, saúde, entre outras;
- contribuição às políticas de identificação e salvaguarda de bens culturais e assessoria à realização de pesquisas coletivas entre jovens e anciões guarani;
- formação de jovens e adultos guarani em registros audiovisuais;
- coprodução de livros e materiais de divulgação pautados nas ações culturais e políticas do povo guarani



Programa Timbira

Também existente desde a fundação do CTI, o Programa Timbira, atua na defesa da autonomia dessas populações frente à sociedade envolvente, promovendo o diálogo entre saberes tradicionais e ocidentais, suas manifestações culturais e o usufruto pleno e sustentável de seus territórios. O CTI ao longo destes anos tem favorecido a “unidade Timbira”, de forma a garantir manifestações e estratégias diferenciadas atualizadas pelos diferentes povos que compõem o Paiz Timbira.

Os povos denominados Timbira, família linguística Jê, estão situados nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Atualmente são representados pelos povos Apinayé, Krahô, Krikati, Gavião Pykobjê, Gavião Parkatejê, Canela Apanjekra, Canela Ramkokamekra, Krepynkatejê, Krênjê e que englobam, nestas denominações genéricas e construídas na relação de contato com a sociedade nacional, um conjunto de subgrupos, antes autônomos politicamente, como os Põncatejê, Mãkraré, Kënkatejê, Xàcamekra, Crôrekamekra, Carencatejê, Põncatejê, Pihàcamekra, Mãkraré, Pãrecamekra, Cykoyõre, entre outros.

Os Timbira, como os demais povos indígenas habitantes do Cerrado brasileiro, vêm enfrentando o desafio de garantir a integridade de seus territórios face à crescente pressão do entorno. A pecuária extensiva de baixa tecnologia, o aproveitamento intensivo dos solos para produção de grãos e eucalipto e a construção de usinas hidrelétricas são as principais ameaças

às Terras Indígenas Timbira. Destaque para o Projeto Grande Carajás na década de 1980 e atualmente para o Programa de Aceleração do Crescimento.



A atuação do CTI junto aos povos Timbira tem como objetivo principal o apoio para tais povos exerçam a plena ocupação e gestão de suas terras, na conservação e uso sustentável de seus recursos naturais, no monitoramento territorial e na sua autonomia cultural.

Ações prioritárias

Controle Territorial e Gestão Ambiental:

- Garantir a autonomia dos povos indígenas Timbira em suas estratégias de controle territorial e as condições para sua reprodução sociocultural;
- Buscar alternativas econômicas auto-sustentáveis para os povos Timbira;
- Influenciar políticas públicas de proteção a biodiversidade e aos direitos dos povos indígenas Timbira;
- Formar e qualificar lideranças e jovens Timbira, por meio do Projeto Mentwajê Ambiental, em temas relacionados a direitos constitucionais, políticas públicas e legislações indigenista e ambiental;
- Apoiar a autonomia, o fortalecimento institucional e as articulações das organizações indígenas parceiras, tanto as locais como a Wyty Catê que atende a todos os povos Timbira.

- Disponibilizar informações sobre as ameaças territoriais e demais assuntos de importância para os povos Timbira;
- Acompanhar os grandes projetos de desenvolvimento para a região e participar na elaboração e/ou denúncia dos Estudos de Impactos Ambientais;
- Colaborar nos procedimentos para regularização de Terras Timbira e subsídios técnicos às instituições competentes;
- Promover a elaboração de Planos de Gestão Ambiental (PGTA) em consonância com a Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI).



Afirmação Étnica e Referencia Cultural:

- Valorizar e incorporar na educação escolar indígena a diversidade cultural e os conhecimentos tradicionais dos povos Timbira;
- Valorizar e incentivar a transmissão de saberes, apropriação de novas formas de aprendizado e difusão de conhecimentos, de sua história e memória entre os povos Timbira e a sociedade em geral.
- Incentivar a realização de festas, encontros e reuniões nas aldeias, para difusão de conhecimentos e práticas tradicionais.

- Apoiar a realização de intercâmbios entre os Timbira para o fortalecimento e a difusão de suas manifestações culturais e dinamizando suas próprias formas de transmissão de conhecimentos;
- Sistematizar e monitorar do Acervo Cultural Timbira;
- Formar e qualificar jovens e lideranças Timbira, por meio do projeto mentwajê cultural, de procedimentos de registro sonoro e visual e a classificação desses materiais para armazená-los e disponibilizá-los no Acervo Cultural Timbira.
- Consolidar o Centro de Ensino e Pesquisa Timbira Pënxyj Hëmpejxà, localizado na cidade de Carolina, sul do Maranhão, como Ponto de Cultura por meio da organização e da ampliação do Acervo Cultural Timbira.
- Coproduzir livros e materiais de divulgação pautados nas ações culturais e políticas dos povos Timbira.



Programa Javari

A Terra Indígena (TI) Vale do Javari está localizada no extremo oeste do Estado do Amazonas e tem 8.544.482 hectares de floresta equatorial densa, com rica biodiversidade e diversos rios navegáveis como o Javari, Curuçá, Ituí, Itacoaí e Quixito, além dos altos cursos dos rios Jutai e Jandiatuba. Foi demarcada em 2000 e homologada em 2001.

Vivem nela os povos Mayuruna/Matsés, Matis, Marubo, Kulina Pano, Kanamari, um pequeno grupo Korubo de recente contato e um grupo Tsohom Dyapá na mesma condição. Além dos povos indígenas mencionados, vive no interior da terra indígena expressivo grupo de índios isolados, I – são ao todo dezessete registros de índios isolados reconhecidas pela Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Fundação Nacional do Índio no Vale do Javari (Fundação Nacional do Índio, 2014) – o que corresponde à maior concentração destes povos em uma mesma terra indígena e suas adjacências no Brasil.

O Programa Javari vem, ao longo de sua trajetória, concretizando uma série de projetos em parceria com povos Matis, Marubo, Mayuruna/Matsés, Kanamari e Kulina que habitam a Terra Indígena Vale do Javari. Atuamos a partir de demandas identificadas em conjunto com estes povos e suas associações, respeitando suas formas de organização e mobilização, seus conhecimentos e práticas culturais:



Ações prioritárias

Controle Territorial e Gestão Ambiental:

- Garantir a autonomia dos povos indígenas da TI Vale do Javari em suas estratégias de controle territorial e as condições para sua reprodução sociocultural;
- Valorizar a biodiversidade faunística e florística existente na TI Vale do Javari;
- Buscar alternativas econômicas auto-sustentáveis para os povos que nela habitam;
- Influenciar políticas públicas de proteção a biodiversidade e aos direitos dos povos indígenas da TI Vale do Javari;
- Apoiar os povos Kanamari, Marubo, Matis e Matsés/Mayuruna na plena ocupação e gestão da TI Vale do Javari, conservação e uso sustentável de seus recursos naturais e no monitoramento territorial;
- Formar lideranças indígenas em temas relacionados a direitos constitucionais, políticas públicas e legislações indigenista e ambiental;
- Apoiar à autonomia, ao fortalecimento institucional e às articulações das organizações indígenas parceiras, a saber: OAMI – Organização das Aldeias Marubo do Rio Ituí; AIMA – Associação Indígena Matis; OGM – Organização Geral Mayuruna; AKAVAJA – Associação Kanamari do Vale do Javari e UNIVAJA – União dos Povos Indígenas do Vale do Javari;
- Participação e acompanhamento da equipe no debate e na consolidação de políticas públicas relacionadas aos direitos indígenas;
- Disponibilizar informações sobre as ameaças territoriais e demais assuntos de importância para os povos da TI Vale do Javari.;



Afirmação Étnica e Referência Cultural:

- Reconhecer como atores as organizações indígenas da TI Vale do Javari e sua luta na defesa dos interesses dos povos que as representam;
- Valorizar e incorporar na educação escolar indígena da TI Vale do Javari a diversidade cultural e os conhecimentos tradicionais dos povos Kanamari, Kulina, Marubo, Matis e Matsés/Mayuruna .
- Valorizar e incentivar à transmissão de saberes, apropriação de novas formas de aprendizado e difusão de conhecimentos, de sua história e memória entre os povos da TI Vale do Javari e a sociedade em geral.
- Formar jovens e adultos em registros audiovisuais;
- Coproduzir livros e materiais de divulgação pautados nas ações culturais e políticas dos povos da TI Vale do Javari.

Ações Estratégicas

Dentro das linhas de atuação do CTI são identificadas determinadas áreas, tidas como estratégicas para o cumprimento da missão da entidade, qual seja, a de contribuir para que os povos indígenas e suas comunidades assumam o controle efetivo de toda e qualquer intervenção em seus territórios, esclarecendo-lhes sobre o papel do Estado na proteção e garantia de seus direitos constitucionais.

As áreas estratégicas envolvem a participação efetiva em Fóruns e Redes com atuação política decisiva no direcionamento das políticas públicas que afetam direitos e interesses dos povos indígenas, parcerias com setores-chave do movimento indígena, com organismos governamentais e com setores da sociedade civil organizada. Inclui ainda o apoio efetivo a ações do Estado julgadas fundamentais para a garantia dos direitos territoriais e ambientais dos povos indígenas isolados e o monitoramento de empreendimentos que afetam terras indígenas.

Atualmente são consideradas ações estratégicas do CTI a atuação junto ao movimento indígena nacional no acompanhamento da política indigenista nacional, tanto através da CNPI quanto das mobilizações indígenas nacionais. Além deste acompanhamento o CTI também tem atuado estrategicamente em dois outros temas:

- Povos Indígenas Isolados

A pressão que os povos indígenas isolados e de recente contato sofrem, tanto de grupos envolvidos com a exploração predatória de áreas dentro e no entorno de seus territórios na Amazônia brasileira, quanto de conflitos e ameaças decorrentes da implantação de projetos de infraestrutura, compromete a sustentabilidade ambiental da floresta e a consequente sobrevivência dessas populações. Respeitando a opção pelo isolamento voluntário e as formas de autonomia desses grupos, e com a finalidade de garantir-lhes o pleno exercício de sua liberdade e das suas atividades tradicionais, o CTI atua através de parcerias que visam apoiar as ações de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato e seus territórios na Amazônia brasileira.

- Memorial dos Povos Indígenas



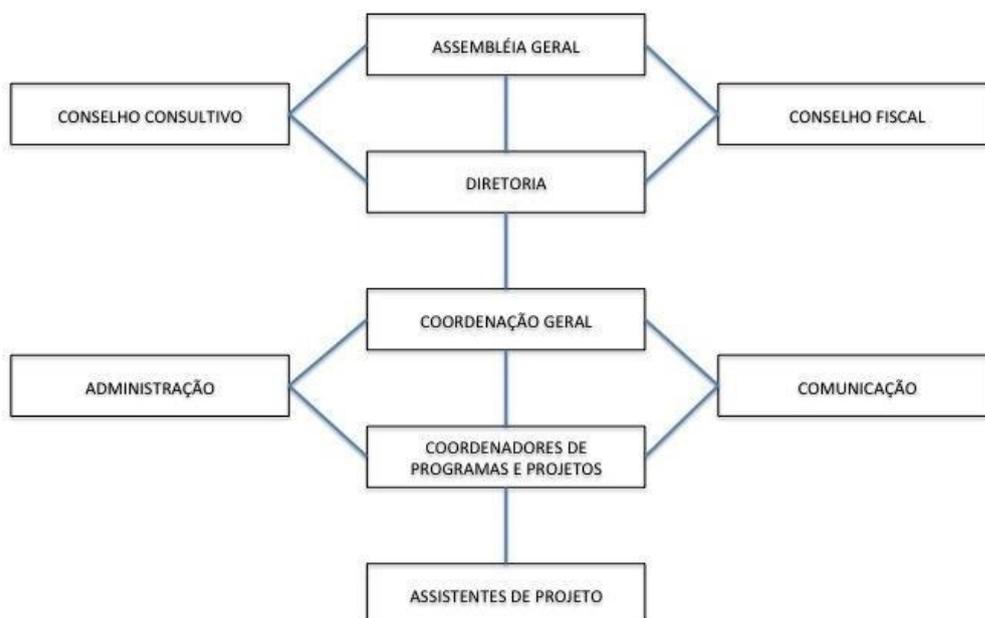
Projetado por Oscar Niemeyer, o Memorial dos Povos Indígenas foi construído em 1987 e tombado em âmbito federal e distrital, como parte do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto de Brasília e das obras de Niemeyer

O Centro de Trabalho Indigenista (CTI) firmou em 2017, uma parceria com a Secretaria de Cultura do Distrito Federal para atuar no projeto “Preservação e Dinamização do Memorial dos Povos Indígenas (MPI)” que tem como objetivo geral reafirmar a missão do Memorial dos Povos Indígenas, fortalecendo a promoção, o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural indígena e buscando realçar o protagonismo dos povos indígenas no exercício de seus direitos e nos processos de conformação dos tecidos socioculturais no Brasil. Neste sentido, o

CTI considera fundamental consolidar o Memorial como um espaço de referência na promoção, no reconhecimento e na valorização das identidades dos diversos povos indígenas no Brasil. Por meio da realização de eventos que envolvem arte e educação, o projeto evidencia narrativas e expressões das culturas materiais e imateriais indígenas, ressaltando a importância da interculturalidade na compreensão da sociedade brasileira, destacando o combate a premissas coloniais, preconceituosas, opressoras, assistencialistas ou assimilacionistas nas relações com os povos indígenas no Brasil.

Governança da entidade

A governança do CTI está assim estruturada: Assembleia Geral, Diretoria, Coordenação Geral e Equipe Técnica. Há ainda o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo



A Assembleia Geral é a instância máxima da entidade, é composta por sócios fundadores, sócios indicados pelos primeiros pelo seu desempenho na entidade, pelo Conselho Diretor e Conselho Fiscal. Atualmente soma 23 sócios.

A Diretoria é composta por 03 membros que exercem a função de presidente, secretário e tesoureiro. A Diretoria tem um mandato de 4 anos podendo ser reeleita. Seus membros respondem juridicamente pela entidade, não podem exercer atividades remuneradas na entidade e são eleitos pela Assembleia Geral considerando a integridade e compromisso com os direitos indígenas.

O Conselho Fiscal da entidade é composto por 02 membros efetivos que integram a Assembleia Geral e é responsável pela análise e aprovação de orçamentos, prestação de contas, o balanço anual da entidade e as auditorias quando solicitadas pelos parceiros.

O Conselho Consultivo é um órgão de apoio político-institucional da Diretoria e da Coordenação Geral, atua como instância necessária ao assessoramento externo e à mediação de conflitos internos. Seus membros, indicados pela Coordenação Geral e aprovados pela Assembleia não compõem a Assembleia Geral.

A Coordenação Geral é que gerencia as atividades do CTI e garante unidade de ação política e institucional à entidade. A Coordenação Geral é integrada por todos os Coordenadores de Programas do CTI e os coordenadores adjuntos por eles indicados, e escolhe entre seus pares o Coordenador Geral. A função deste é coordenar a integração entre os diferentes Programas, acompanhar a gestão do setor administrativo-financeiro, as relações com os parceiros e financiadores e orientar e analisar politicamente as atividades em curso.

Infraestrutura

Para dar andamento às suas ações, o Centro de Trabalho Indigenista, atualmente conta com uma sede e três escritórios de apoio, nas distintas regiões de atuação. Tais espaços acolhem sua equipe técnica e administrativa e possibilitam a gestão e administração dos projetos que são executados nas aldeias.

- Sede – CTI – Brasília

O espaço localizado na Asa Norte da capital federal, abriga atualmente as equipes dos programas de ação junto aos povos indígenas isolados, povos timbira, a assessoria jurídica do CTI e a coordenação executiva da entidade.

- Escritório de apoio – CTI - São Paulo – SP

O escritório localizado na região central da capital paulista abriga as equipes do programa guarani, a coordenação das ações de gestão ambiental e territorial em terras indígenas e a equipe administrativa e financeira do CTI.

- Escritório de apoio – Tabatinga – AM

O escritório dá suporte e apoio às equipe de atuação junto aos povos isolados e povos da Terra Indígena Vale do Javari.

- Centro de Ensino e Pesquisa Pënxwyj Hempejxà – Carolina – MA

O Pënxwyj, é local de formação e acesso a conhecimentos, para além de um local de aprendizagem e pesquisa, é um espaço consolidado de intercâmbio cultural e político entre os Timbira.

Administração e recursos financeiros

A Gerência Administrativa e Financeira responsabiliza-se pelo acompanhamento integrado das execuções financeiras e administrativas dos diversos projetos em execução.

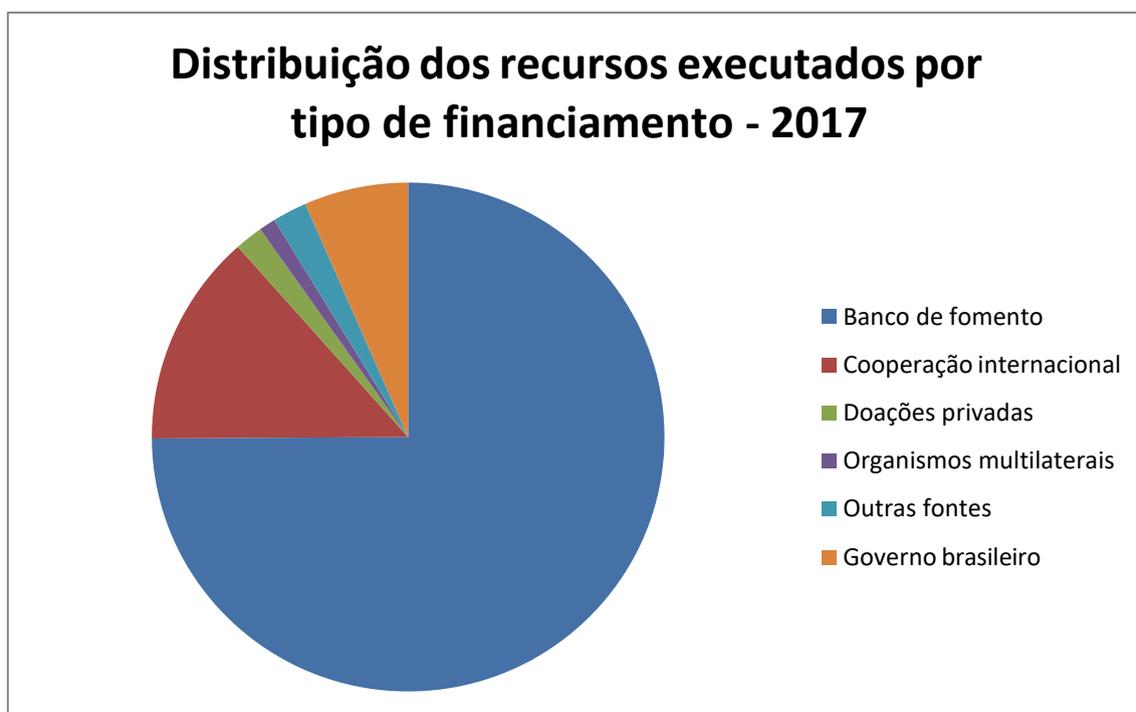
Realiza o acompanhamento da execução orçamentária de cada projeto, subsidiando os coordenadores de Programas e de projetos na tomada de decisão e na observação dos prazos e critérios para a entrega dos comprovantes de despesa e dos relatórios financeiros aos financiadores.

Atualmente a gerência administrativa conta com 6 funcionários e 1 gerente além de contar com a colaboração de uma empresa de contabilidade.

Todos os projetos são geridos em contas bancárias exclusivas e sua gestão financeira tem acompanhamento contínuo e diário com controles tabelados que seguem os fluxos e procedimentos estabelecidos no nosso Manual de Governança Administrativa garantindo a segurança financeira institucional.

Todas as contas movimentadas pela entidade são auditadas anualmente por auditor independente e seu relatório de atividades bianual é tornado público no sítio do CTI na internet.

O CTI atua através de doações a fundo perdido realizadas por financiadores particulares e públicos, nacionais e estrangeiros.



Fontes de Financiamento 2017



RFN –Rainforest Foudation Norway



EMBAIXADA DA NORUEGA

Royal Embassy of Norway



Fundação Nacional do Índio - FUNAI



Fundo Amazônia / Banco Nacional de Desenvolvimento



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
CULTURA

Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo



British Council

Estrutura

ASSEMBLÉIA GERAL

Andreia Bavaresco, Circe Bittencourt, Conrado Rodrigo Octavio, Daniel Calazans Pierri, Dominique Tilkin Gallois, Elisete da Silva Noleto, Eliza Castilla, Ennio Salvador Sobreira Lima, Gilberto Azanha, Helena Ladeira Azanha, Hilton da Silva Nascimento, Jaime Siqueira, Janekely Reis Davila, João Paulo Morita, Kilza Setti, Lucas Keese dos Santos, Maria Bernadette Nogueira Franceschini, Maria Elisa Martins Ladeira, Maria Inês Ladeira, Nicole Soares Pinto, Omar Silveira Junior, Regina Aparecida Pólo Muller, Renato Bahia Bock, Rosane de Sá Amado, Sonia da Silva Lorenz, Sylvia Caiuby Novaes, Victor Sérgio Gil Serpa Gama, Waldemar Ferreira Neto

CONSELHO CONSULTIVO

Gilberto Azanha, Maria Elisa Martins Ladeira, Maria Inês Martins Ladeira, Aurélio Pereira Rios, Dalmo de Abreu Dallari, Ivan Nassif Pacca, Jos Schoenmaker, Paulo José Brando Santilli

CONSELHO FISCAL

Waldemar Ferreira Neto

DIRETORIA

Elisete da Silva Noleto – Presidente
Andreia Almeida Bavaresco – Secretária

COORDENAÇÃO GERAL

Conrado Rodrigo Octávio, Daniel Calazans Pierri, Eliza Castilla, Jaime Siqueira, Juliana Noleto, Lucas Keese, Renato Bahia Bock

COORDENADOR EXECUTIVO

Jaime Siqueira

COMUNICAÇÃO

Rafael Nakamura

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Daiane Camargo, Ennio Salvador, Fabrício Camargo, Renato Bahia Bock e Susana Raquel

Experiências do CTI em projetos e atividades correlatas

Ao longo de quase 40 anos de existência, o CTI desenvolveu centenas de projetos com mais de 20 povos distintos e em temáticas bem abrangentes, através de distintas parcerias com órgãos públicos nacionais, estrangeiros e privados, incluindo Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Fundação Nacional do Índio, Governo Alemão, Austríaco, Norueguês e Norte Americano.

Detalhamos a baixo alguns exemplos de projetos executados na temática ambiental e mais adiante em parceria com órgãos públicos. Informamos ainda que os mesmos exemplos são restritos à atuação do CTI na região Sul e Sudeste do Brasil. Outras informações podem ser acessadas através do nosso sítio eletrônico: www.trabalhoindigenista.org.br

Projetos de cunho ambiental na região sul e Sudeste do Brasil:

- Plano de Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Cantagalo (Viamão – RS):

<https://bd.trabalhoindigenista.org.br/documento/plano-de-gest%C3%A3o-territorial-e-ambiental-terra-ind%C3%ADgena-canta-galo>

- Plano de Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Tekoa Porã (Salto do Jacuí – RS):

<https://bd.trabalhoindigenista.org.br/livro/plano-de-gest%C3%A3o-territorial-e-ambiental-terra-ind%C3%ADgena-salto-do-jacu%C3%AD>

- Planos de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas Pirai (SC):

<https://bd.trabalhoindigenista.org.br/documento/plano-de-gest%C3%A3o-territorial-e-ambiental-terra-ind%C3%ADgena-pira%C3%AD>

- Planos de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas Pindoty (SC):

<https://bd.trabalhoindigenista.org.br/documento/plano-de-gest%C3%A3o-territorial-e-ambiental-terra-ind%C3%ADgena-pindoty>

- Planos de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas Tarumã (SC):

<https://bd.trabalhoindigenista.org.br/documento/plano-de-gest%C3%A3o-territorial-e-ambiental-terra-ind%C3%ADgena-tarum%C3%A3>

- Etnomapeamento do Tekoa Ko'enju (São Miguel das Missões – RS):

<https://bd.trabalhoindigenista.org.br/documento/etnomapeamento-terra-ind%C3%ADgena-koenju>

- Etnomapeamento do Tekoa Kuaray Haxa:

<https://bd.trabalhoindigenista.org.br/documento/etnomapeamento-kuaray-haxa>

- Publicação - Tekoa Mbaraeterã - Fortalecendo nosso verdadeiro modo de ser:

<https://bd.trabalhoindigenista.org.br/node/4639>

- Publicação - Vivemos na Mata:

<https://bd.trabalhoindigenista.org.br/livro/kaaguyre-jaiko-vivemos-na-mata>

- Cartilha - Corte, manejo e uso de árvores exóticas em terras indígenas no Rio Grande do Sul

<https://bd.trabalhoindigenista.org.br/livro/cartilha-ilustrada-corte-manejo-e-usufruto-de-arb%C3%B3reas-ex%C3%B3ticas-em-terras-ind%C3%ADgenas-no-rio-gra>

Apresentamos ainda distintos vídeos elaborados no âmbito de projetos que retratam um pouco da atuação que relaciona os saberes, tradicionais, ambientais e culturais dos povos indígenas:

Orereko Mbaraeterã - Oficinas de Difusão dos Saberes Artesanais Guarani

<https://www.youtube.com/watch?v=939T7u16O8w>

Guata Porã - Belo Caminhar (2015)

<https://www.youtube.com/watch?v=qVdW8jf5Bj8>

Karai – O dono das chamas(1985)

<https://www.youtube.com/watch?v=mW1WdGLwB0M>

Semillas en movimiento: produciendo nuestros alimentos

<https://www.youtube.com/watch?v=X6ZjQe93FL0>

Xondaro Mbaraete - a força do xondaro

<https://www.youtube.com/watch?v=4FbUVwDwp9U>

Guairaka'i ja - O dono da lontra

<https://www.youtube.com/watch?v=cvq7cZjlrk4>

Ka'a'i - O ritual da erva-mate

<https://www.youtube.com/watch?v=3mbjPnM7KQ>

Projetos de financiamento governamental executados na região Sul e Sudeste:

- Projeto Valorização do Mundo Cultural Guarani Mbya - financiado pelo Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN - MinC) - que contemplava ações de pesquisa e de salvaguarda do patrimônio cultural guarani, constantes aí apoio às roças e enriquecimento com espécies nativas do acervo cultural guarani Mbya. O relatório pode ser acessado através dos seguintes links:

<https://bd.trabalhoindigenista.org.br/documento/relat%C3%B3rio-t%C3%A9cnico-do-projeto-valoriza%C3%A7%C3%A3o-do-mundo-cultural-guarani-mbya>

<https://bd.trabalhoindigenista.org.br/livro/juruaku%C3%A9ry-oipou-vy-tekoa-guarani-recebendo-visitantes-visita%C3%A7%C3%A3o-nas-aldeias-guarani-conhecend>

- Projeto "Pesquisadores Guarani no processo de transmissão de saberes - SC e PR" - financiado pelo Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN - MinC)

O produto final da pesquisa pode ser acessada neste link:

<https://bd.trabalhoindigenista.org.br/livro/guata-por%C3%A3-belo-caminhar>

- Projeto "Pesquisadores Guarani no processo de transmissão de saberes - SP" - financiado pelo Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN - MinC) –

O produto final da pesquisa pode ser acessada neste link:

<https://bd.trabalhoindigenista.org.br/livro/xondaro-mbaraete-for%C3%A7a-do-xondaro>